



Imagens por uma vida sem catracas

Imágenes por una vida sin trinquetes

Images for a life without ticket gates¹

Márcia Sandoval Gregori

Pesquisadora do Grupo Museu/Patrimônio da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
marciagregori@hotmail.com

¹ Artigo desenvolvido com base em pesquisa de tese de doutorado defendida em 2018, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota a respeito dos muitos sentidos da mobilidade que envolvem mais do que mero deslocamento de um ponto a outro.

Resumo

O objetivo do artigo é examinar a produção gráfica e palavras de ordem do Movimento Passe Livre na divulgação da Tarifa Zero, projeto lançado em 1990 pela Prefeita Luiza Erundina de Sousa e retomado nos anos 2000 pelos integrantes do movimento. O espírito profanador da proposta de isenção de tarifa nos ônibus municipais é examinado na visualidade e no impacto imaginário das peças escolhidas, atualizadas em linguagem jovem e acessível pelos ativistas do MPL, em forma de discurso articulado sobre o direito à cidade e a uma nova vida coletiva.

Palavras-chave

Profanação. Dispositivo. Representação. Discurso. Tarifa Zero.

Resumen

El objetivo del artículo es examinar La producción gráfica y las consignas del Movimento Passe Livre en la difusión de Tarifa Zero, um proyecto lanzado em 1990 por el alcalde Luiza Erundina de Sousa y reanudado en la década de 2000 por miembros del movimiento. El espíritu profanador de la propuesta de exención de tarifa de autobús municipal se examina em la visualidad y impacto imaginário de las piezas elegidas, actualizado en un lenguaje joven y accesible por los activistas del MPL en forma de discurso articulado sobre el derecho a la ciudad e a una nueva vida colectiva.

Palavras-chave

Profanación. Dispositivo. Representación. Discurso. Tarifa Cero.

Abstract

The aim of the article is to examine the graphic production and slogans of the Movimento Passe Livre in the promotion of Tarifa Zero, a project launched in 1990 by Mayor Luiza Erundina de Sousa and resumed in the 2000s by members of the movement. The profanation spirit of the municipal bus fare exemption proposal is examined in the visuality and imaginary impact of the chosen pieces, updated in young and accessible language by activists of MPL in the form articulate discourse on the right to the city and to a new collective life.

Palavras-chave

Profanation. Device. Representation. Discourse. Zero Tariff.

INTRODUÇÃO

O olho vê. A lembrança revê as coisas. E a imaginação [...] é a imaginação que transvê, que transfigura o mundo, que faz outro mundo [...] A transfiguração é que é a coisa mais importante para o artista.

Manoel de Barros, Janela da Alma (2001)

Distender os limites e projetar novos horizontes é sempre tarefa complexa, e o alargamento das fronteiras de contenção muitas vezes só pode ser percebido em observações à distância no tempo. Renovação pressupõe desafio, desvio, fricção e ação coletiva, fatores confluentes, a envolver estudantes e acolhida por autoridade distinta. O foco para aprofundar este argumento volta-se para a campanha pela Tarifa Zero, iniciada em 2006 e celebrizada em 2013, quando ampliaram-se expectativas e perspectivas de sua implantação e de discussão sobre a cidade. Caberia indagar se as ações vão se desdobrar no futuro ou terão ficado na história, soterradas pelo discurso hegemônico.

Quando criada, em 1990, a Tarifa Zero já se configurava em um projeto radical da Prefeitura de Luiza Erundina e, retomado nos anos 2000 por jovens estudantes do Movimento Passe Livre (MPL) e de outros grupos de militância por transporte público, mobilizou milhares de pessoas nas principais cidades do país contra o aumento das tarifas de metrô, trens e ônibus em 2013².

Para os jovens ativistas pró Tarifa Zero a proposta é defesa da cidadania e mudança estrutural nos marcos da administração pública. O uso de linguagem acessível, sintética, com forte apelo gráfico, com referências locais e baseadas na cultura jovem e popular criaram uma visibilidade³ atualizada para o projeto que colaborou para divulgá-lo e delimitar sua tendência em horizonte transformador. Indicam uma resistência tática e criativa de grande poder de comunicação e penetração junto a um público jovem seguida por uma expansão significativa em variados segmentos sociais. Ainda assim, fica a pergunta: o alcance teria sido tão amplo caso a grande imprensa (jornais impressos e televisões) não houvesse noticiado maciçamente as manifestações?⁴

² Os protestos contra o aumento tarifário tiveram início em janeiro, na cidade de Porto Alegre (RS). Em maio deram-se em Natal (RN), organizados pelo movimento "Revolta do Busão" e em Goiânia, pelo grupo "Frente Contra o Aumento". Em São Paulo eles começaram no dia 6 de junho com uma pequena manifestação contra o reajuste de R\$3,00 para R\$3,20 a partir de 2 de junho daquele ano. Outros protestos, nos dias 7 e 11 do mesmo mês, contaram com maior número de manifestantes. Em 130 cidades brasileiras mais de um milhão de pessoas foram às ruas. No dia 17 de junho os protestos se intensificaram e reuniram centenas de milhares de pessoas nas grandes cidades do Brasil.

³ Enquanto visibilidade são relações formais entre os elementos visuais de uma obra, a visibilidade diz respeito a como ela expressa em seus aspectos plásticos a cultura, o tempo e a sociedade em que se insere, resultando, assim, em importante documento histórico.

⁴ Após as primeiras manifestações e sua violenta repressão por parte da Polícia Militar, que feriu gravemente um jornalista e prendeu outros, o movimento passou a ser amplamente divulgado pela imprensa. Até então noticiavam-se os eventos insinuando que os manifestantes do MPL eram vândalos e baderneiros, promotores da desordem. Segundo reportagem do jornal O então Governador, Geraldo Alckmin (Chegou, 2013) afirmou que era "intolerável a ação de baderneiros e vândalos [...] é absoluta violência, inaceitável". O Prefeito Fernando Haddad, em coro contra as manifestações, dizia que "os métodos (dos manifestantes) não são aprovados pela sociedade. Essa liberdade está sendo usada em prejuízo da população". (Chegou, 2013). A forte repressão da Polícia Militar continuou e causou má repercussão nos meios de comunicação. Mas a PM se defendeu em comunicado no qual justificava suas ações em nome da democracia: "na democracia, não há espaço para a baderna, para a destruição do patrimônio e para a violência. Em movimentos assim a Polícia Militar agirá sempre com o rigor da Lei e para preservar a segurança da população." (Mora, 2013). Com o recrudescimento da repressão, a prisão de centenas de pessoas e o ataque a vários jornalistas, a narrativa de que havia abusos

A suspensão política em que o Brasil se encontra hoje deixa claro que um novo equilíbrio, ou arranjo, político é inevitável⁵. Resta saber se a consolidação de uma nova ordem se dará no sentido do aumento da cidadania ou o contrário, como se tem verificado em momento presente. Mas esse é tema interessante para outro estudo.

A grande vitória dos movimentos de 2013, que não conquistaram a meta maior da Tarifa Zero, foi a revogação do aumento das tarifas em mais de cem cidades brasileiras⁶. Por outro lado, os acontecimentos que sucederam as chamadas Jornadas de Junho revelaram que a agilidade e a escassez de recursos financeiros constituem ao mesmo tempo potência e fragilidade das táticas diante das grandes estratégias de poder⁷ que estereotipam a recepção dos estímulos sociais e usam a violência quando seriamente ameaçadas.

Os jovens manifestantes, se apropriando da potente ideia que não havia prosperado nos anos 1990, colocaram em discussão a qualidade do serviço público, defenderam a isenção universal da tarifa nessa prestação e, como expressão de sua luta, produziram *slogans*, textos, folhetos e cartazes sobre a proposta. Alguns deles foram divulgados pelo site tarifazero.org,

por parte da PM ganhou força e mostrou que os próprios policiais iniciaram ataques e depredaram bens públicos. Com isso, o número de pessoas dispostas a se manifestar não apenas contra o aumento dos transportes coletivos, mas contra a qualidade dos serviços públicos em geral, cresceu enormemente e inclusive resultou em severas críticas à Presidente da República, Dilma Rousseff, em desdobramento que cabe ser avaliado em outra oportunidade.

⁵ Para a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (Fachin, 2019) "O novo já chegou e agora cabe à esquerda incorporar a novidade se quiser se reorganizar."

⁶ A vitória refletiu o jogo de forças que atuavam naquele momento com vitória expressiva dos manifestantes. Cabe ressaltar que em época de eleição, por causa do desgaste que os reajustes tarifários causam nas figuras dos políticos, é comum que os governantes evitem aumentar as tarifas. A questão mostra que essa é, portanto, uma decisão política e que é possível segurar os aumentos caso haja interesse.

⁷ O historiador Michel De Certeau (2014) define estratégias como ações do poder dominante para se perpetuar, reduzindo tudo o que produz a itens indispensáveis e pessoas a consumidores de seus produtos, além de controlar e dirigir ações e corpos. As táticas, em oposição, são práticas de individualidades ou pequenos grupos que procuram driblar as estratégias controladoras e limitantes para tornar habitável a realidade. As táticas são ágeis, têm menor aporte financeiro e nem sempre são capazes de alterar o mundo dominado pelas estratégias, estas contando com muitos recursos, embora mais lentas e menos adaptáveis.

importante documento daquela história recente⁸, e são examinados neste artigo como exemplos da expressão visual e imaginária das mobilizações e do movimento, bem como da distensão que eles impuseram à política naquele instante. Estiramento de que ainda sentem-se os efeitos, com desfecho em aberto, por ser construído.

UMA PROFANAÇÃO ORIGINAL

No dia 28 de setembro de 1990 a Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, enviou para o Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Suplicy, uma proposta cujo objetivo era resolver o problema crônico dos ônibus municipais. Concebida pela equipe da Secretaria Municipal de Transportes (SMT), o projeto de lei PL 0342/1990 encaminhado à Câmara dos Vereadores previa a constituição de um fundo de recursos para os transportes, proveniente de vários impostos e contribuições municipais, sobretudo do Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU), destinado a subsidiar as tarifas dos ônibus da cidade, chegando aos desejáveis 100% de subvenção, a chamada Tarifa Zero.

Intitulado FUMTRAN (Fundo Municipal de Transportes), o fundo foi concebido com base em um estudo prévio, realizado pelo Grupo de Trabalho de Transportes do Partido dos Trabalhadores, segundo o qual o orçamento do sistema de ônibus, que até então era gerenciado pelas próprias empresas de acordo com sua arrecadação nas catracas, passaria a ser todo administrado pela Prefeitura. O poder municipal recolheria toda a cobrança num caixa central e só então repassaria aos prestadores do serviço, caso o serviço fosse prestado de acordo com o contrato estabelecido.

Com isso, quebrava-se a lógica mercantilizada do transporte, em que existiam linhas rentáveis e linhas deficitárias. Desvinculados da tarifa, os contratos com as empresas passariam a ser por custo operacional, de acordo com a

⁸ No site do MPL os arquivos de folhetos e cartazes estão sendo atualizados e por isso não se encontram disponíveis. O blog tarifazero.org constitui, assim, um relevante acervo dessa produção.

quilometragem percorrida, o valor do combustível, o desgaste sofrido pelos veículos e a mão de obra empregada, entre outras despesas. Caso o fundo tivesse recursos suficientes em caixa, as catracas poderiam ser facilmente eliminadas. Seria possível, então, praticar a Tarifa Zero, já mencionada como meta a ser alcançada no texto do PL.

O projeto teve enorme repercussão nos meios de comunicação à época e a Prefeitura desenvolveu uma campanha publicitária com vídeos, *outdoors* e entrevistas a jornais e TVs que botaram a Tarifa Zero na mesa das discussões da cidade⁹. Deram-se debates televisivos, artigos e enquetes nos jornais impressos e uma série de preconceitos contra a gratuidade dos transportes coletivos emergiu neste cenário.

Os formuladores de argumentos contrários alegavam, entre outras coisas, que vagabundos e miseráveis utilizariam os ônibus inutilmente sem pagar tarifa, crianças iriam se divertir gratuita e desnecessariamente nos transportes públicos, haveria depredação dos veículos porque os serviços públicos seriam historicamente mal vistos e mal cuidados. Defendia-se, inclusive, que o não pagamento da tarifa teria o efeito de deseducar a população¹⁰, além de fazer a cidade crescer de forma ainda mais segregada (como se houvesse crescimento ordenado e não segregado em áreas precárias e periféricas com as altas tarifas praticadas até hoje)¹¹. Havia aqueles que afirmavam que o povo não queria ônibus de graça, mas receber um salário digno que fosse suficiente para pagar

⁹ Infelizmente os registros da campanha publicitária de 1990 da Prefeitura de São Paulo não foram até agora encontrados.

¹⁰ Para o então Secretário-geral do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Carlos Alberto Zarattini, "outro aspecto pouco discutido em nosso meio é a abolição da relação mercantil que se materializa na tarifa. Será esse um caminho que educa as massas ou as deseduca? (Debates, p. 25)

¹¹ Como afirmaram Celso Luiz Cosenza (ex-Presidente da CMTC) e Mara Suzana Calor (arquiteta). (Debates, p.13).

a passagem¹². As críticas vinham de todos os espectros políticos, inclusive do próprio partido da Prefeita.

Aparentemente a tarifa adquiriu um aspecto fetichizado¹³ nessa contenda, capturando muitas mentes no imaginário de que a remuneração pela movimentação das pessoas é justa, natural e necessária. Para seus criadores e para os manifestantes, ao contrário, ela funcionaria como um dispositivo¹⁴ de controle e limitação da cidadania e por isso deveria ser eliminada.

As reações contrárias extremadas deixaram claro que a Tarifa Zero era uma profanação¹⁵ em todos os sentidos. Um dos seus pontos centrais era o retorno do sistema público de transportes e do território urbano para o uso comum da coletividade, destacando, de tal maneira, a discussão sobre o direito à cidade, levantada por Henri Lefebvre (1968), e pondo em xeque vários conceitos sociais e políticos sedimentados no imaginário social, inclusive nos setores considerados mais à esquerda.

Ao se comprometer com a isenção da tarifa, a Prefeitura acenava com a devolução do território a seus cidadãos, que poderiam se movimentar por São Paulo ao sabor de seus desejos e necessidades, em seu próprio ritmo e de acordo com sua disponibilidade.

Embora técnica e financeiramente viável, não se tratava de um projeto de contemporização ou um abrandamento político em nome da governabilidade,

¹² Carlos Alberto Zarattini, no Caderno de Debates do PT, diz que os serviços poderiam ser vandalizados porque públicos, como a educação e a saúde públicas (Debates, p. 25)

¹³ Fetiche enquanto imagem idealizada de algo, que impede a reflexão crítica e a possibilidade de outras leituras e propostas, ou seja, um elemento que enfeitiça.

¹⁴ O filósofo Giorgio Agamben (2009) define dispositivo, a partir do termo de Michel Foucault, como qualquer coisa capaz de "capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar gestos, condutas, opiniões e discursos". (p. 40). Organizados em rede, os dispositivos inscrevem-se no jogo de poder e resultam das relações de poder e de saber dominantes.

¹⁵ Profanação, para Giorgio Agamben (2009), é um gesto de reunião daquilo que foi separado do uso comum dos homens pelos dispositivos. A profanação, portanto, "é um contradispositivo que restitui ao uso comum o que foi separado e dividido" pelos dispositivos inseridos nos mecanismos dos jogos de poder (p.45).

mas de uma ação que abalava o sistema levando-o ao limite de suas contradições intrínsecas¹⁶. A radicalidade da proposta foi percebida à época por seus autores, mas sua potência profanadora de alcance popular foi sentida aos poucos, conforme se discutia nas ruas, na TV e nos jornais. Após o término do mandato de Luiza Erundina a Tarifa Zero foi praticamente excluída do debate público durante mais de uma década e teve novo ápice com sua retomada pelo Movimento Passe Livre, em 2006.

O objetivo, em resumo, era prestar um serviço universal, extensível a todos os cidadãos, por meio de uma reforma tributária fortemente progressiva que isentava o pagamento da parcela mais pobre e aumentava significativamente a taxação de empreendimentos industriais e comerciais de grande porte, maiores beneficiados pela mobilidade das pessoas¹⁷. Havia um sentido genuinamente comunitário e coletivo que delineava a *especialidade*¹⁸ da proposta, contrária ao espírito individualista e competitivo verificado na existência material das cidades e áreas rurais, abalando crenças sociais naturalizadas.

Talvez a mais profunda delas seja a ideia de que a mobilidade é proporcional ao status social de uma pessoa, o que, em sociedades competitivas e individualistas, significa que mover-se é competência individual e, por oposição, a imobilidade – assim como a pobreza –, resulta da incapacidade de cada um. A mobilidade expressa preconceitos e estruturas sociais solidificadas ao longo de séculos. Segundo o Plano de Mobilidade de São Paulo (2015) as pesquisas Origem/Destino mostram que há relação direta entre a taxa de mobilidade, a renda e a escolaridade da população.

¹⁶ Entre elas destacam-se, na questão da mobilidade, a segregação espacial e a exclusão social.

¹⁷ Sobre esse tema o gabinete de Chico Whitaker, vereador do PT à época, lançou uma publicação com cálculos detalhados sobre a alteração da cobrança do IPTU em São Paulo comparando com a possibilidade de deslocamento gratuito nos ônibus municipais.

¹⁸ Giorgio Agamben propõe uma subversão do entendimento comum do que é *ser especial*. O filósofo recoloca a noção como uma essência que não tem individualidade identificável e encontra-se em qualquer um. Por isso "se oferece por excelência ao uso comum, mas não pode ser objeto de propriedade pessoal". (2007, p. 48). Nesse sentido, o *ser especial*, em sua essência comunitária e anti-individualista, participa da possibilidade profanadora de restituir ao uso comum dos seres humanos aquilo que se apartou por operação dos dispositivos.

A PROFANAÇÃO VISIBILIZADA

O espírito profanador da proposta original foi identificado com sagacidade pelo MPL e outros movimentos correlatos e articulados ao converter sua luta original pelo passe livre estudantil¹⁹ em mobilização pró-passe livre universal, a Tarifa Zero, a partir de 2006²⁰. Desde então essa pauta adquiriu um semblante mais politizado e de discussão profunda sobre cidade e cidadania, algo que em 1990 não teve o mesmo vulto. O debate deslocou-se do foco sobre uma categoria definida e recortada para se prolongar em uma agenda pelo direito irrestrito de todas as pessoas à cidade, ao deslocamento dos prazeres e pela discussão sobre as "catracas" internalizadas social e individualmente, dispositivos tacitamente empregados e praticados cotidianamente para capturar as individualidades nos mecanismos de poder.

Desse salto qualitativo do debate surgiram diversos lemas criados e ilustrados pelos ativistas com a finalidade de explicar e difundir os princípios da Tarifa Zero, evidenciando o potencial revolucionário e de justiça social neles contido, além de seu caráter coletivo e público.

"Por uma vida sem catracas" foi uma das palavras de ordem consagradas pelos manifestantes que se destaca no cenário do renascimento da Tarifa Zero, resumindo-a e sintetizando o desejo de quebrar todos os tabus sociais estabelecidos (figura 1).

¹⁹ Passe livre, neste caso, se referia à gratuidade das passagens apenas para estudantes.

²⁰ A inflexão se deu quando os estudantes convidaram Lucio Gregori para fazer debates em várias cidades do país. Em palestras e debates o ex-Secretário de Transportes de São Paulo no Governo Luiza Erundina deixou claro que a bandeira do passe livre universal é que de fato rompia com estratégias hegemônicas, já que o passe livre estudantil, por exemplo, poderia resultar num subsídio cruzado que oneraria os demais usuários.



Figura 1: Camarada d. Fonte: tarifazero.org

Cartazes e ações com pessoas pulando, chutando e incendiando catracas caracterizavam o espírito jovem e o engajamento dos movimentos no sentido de quebrar fetiches e tabus por elas representados²¹ (figura 2). O lema contra as catracas da vida resumiria, assim a luta e a potência ousada, tipicamente juvenil e fundamental para a transfiguração²² do mundo à maneira do ser humano, que se transforma e se renova dentro de coletividades. Surge da

²¹ Para Roger Chartier (2002) a representação é um instrumento de significação do mundo social, mediante apropriações e práticas coletivas. As representações compõem discursos que se inserem em formações socioculturais e, portanto, são sempre matizados por interesses e formações histórico-culturais. As representações não são, pois, retratos fieis da realidade, mas processos de compreensão e construção desta por parte de diferentes grupos. São motivo de disputa e tensão e revelam lutas políticas pela legitimação de discursos e seus significados, ou seja, por poder.

²² Em entrevista no filme *Janela da Alma* (2001) o poeta Manuel de Barros fala que a transfiguração é a alteração do mundo pela via da imaginação. Pode-se acrescentar que esta pode se efetivar concretamente em representações imaginadas ou na própria materialidade, alterando-se a estrutura de relações e dominações do poder a que o ser humano está submetido.

questão focada no custo e na cobrança da passagem para, em campo alargado, desafiar e colocar em evidência um conjunto muito maior de estruturas e estratégias dominantes instituídas. A palavra de ordem se multiplicou por várias cidades, em faixas, cartazes, intervenções nos muros e ruas e se complementou pela ideia de que a cidade só se faz mediante vivência irrestrita, possibilitada pela livre movimentação das pessoas pelo território urbano, como se vê em exemplos a seguir.



Figura 2: Cartaz de Flávio Bá (2009) feito sob encomenda para o MPL após conversa do artista com ativista do movimento a respeito de um documentário sobre skate.

Fonte: tarifazero.org

No folheto de divulgação do blog tarifazero.org (figura 3) defende-se a movimentação universal como perspectiva de construção real e simbólica da cidade, ou seja, como cidadania plena. Seria o ar despojado, criado pela conjugação de papéis recortados e amassados e economia de cores uma

expressão da urgência do projeto? As tiras datilografadas, aparentemente cortadas com tesoura remetem à ideia de uma prática manual, antiga. Esse tempo lento contrasta com a aceleração do jovem que agilmente pula a catraca como em uma manobra de skate do lado direito da imagem. Um novo que retoma o antigo e o adapta a novas práticas, sem que a essência profanadora se perca.



Figura 3: Folheto, sem autoria divulgada. Fonte: tarifazero.org

A mesma essência de rebeldia, humor e cultura jovem se verifica na ilustração de Flávio Bá (figura 4), criada em 2009 e que ficou por um tempo na abertura do site do MPL de São Paulo. Futebol, assunto nacional, sobretudo em época próxima de Copa do Mundo e música pré-punk se misturam para denotar jovialidade, impulsividade e energia. A letra da canção *Kick out the jams*, da banda estadunidense MC5, diz, em tradução livre da expressão: "liberte-se das inibições, cara", o que neste caso poderia ser transposto literalmente para "chute as catracas, cara".

A sentença aparece lado a lado com a figura do jogador Ronaldo (conhecido como Ronaldinho, fenômeno) em posição de chute a gol. Segundo Flávio Bá, o futebol era tema de que ele e outros integrantes do MPL gostavam e o clima de Copa do Mundo inspirou a imagem do jogador. Na montagem, Ronaldinho chuta a base de uma catraca em chamas, que se quebra, enquanto os versos da música reforçam a ideia de romper os tabus e bloqueios, materializando em

palavras e formas o que a catraca simboliza em termos de costumes, práticas e imaginários na vida atual.

O fundo verde remete a um gramado e serve de suporte para imagens que parecem saídas de cópias xerox ou de jornal, trabalhadas com linguagem gráfica e retículas, uma referência aos fanzines e outras produções de baixo custo e pouca tiragem.

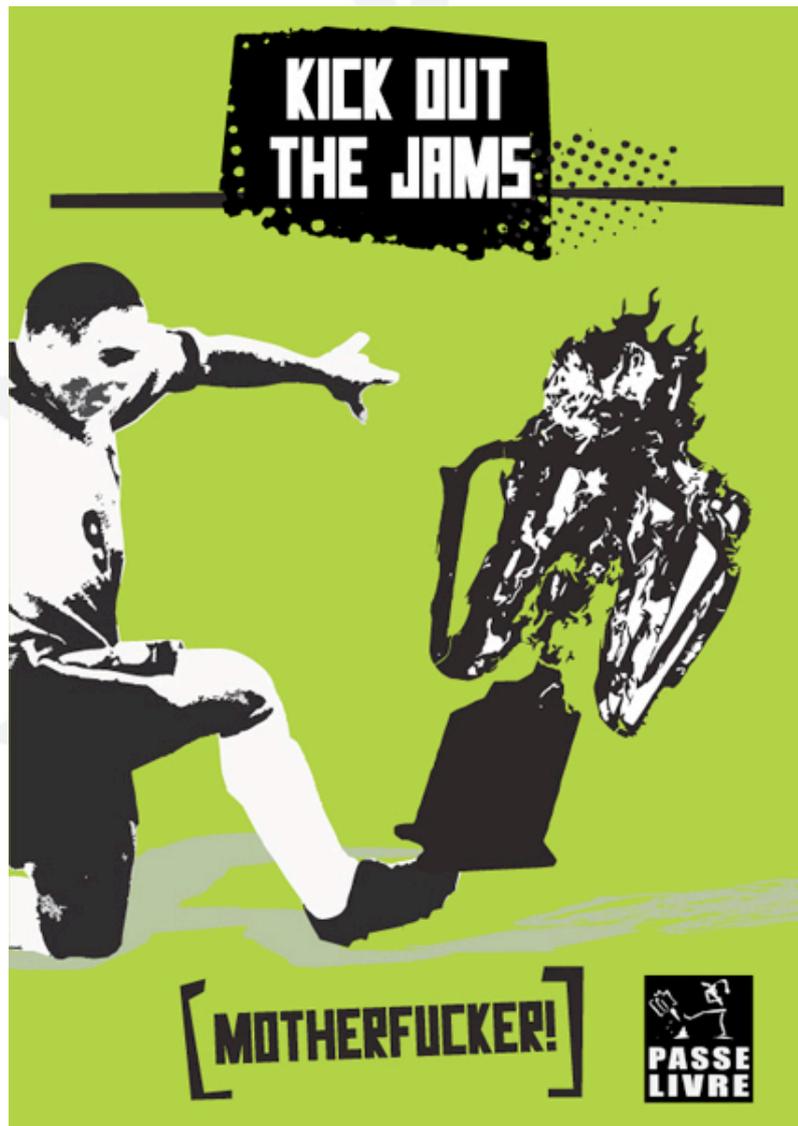


Figura 4: Ilustração de Flávio Bá (2009). Fonte: tarifazero.org



Figura 5: ilustração de Helena Zelic (2012). Fonte: tarifazero.org

Na mesma linha do símbolo da catraca como dispositivo de controle, limitação e repressão, a ilustração de folheto do MPL (figura 5), de Helena Zelic, aborda com humor e rimas típicos dos repentes o caminho entre dois namorados interrompido e impedido por uma catraca. Segundo Zelic, que foi militante do MPL, a ilustração foi feita por volta de 2012, quando ela era secundarista de um curso técnico. Na época, gostava muito de desenhar e de fazer repentes com os colegas e tinha um namorado que morava longe, no ABC paulista. Sentindo a distância e a tarifa na pele, Helena acredita que sua experiência influenciou o trabalho²³.

De maneira sintética discutem-se, na popular forma de cordel, a tarifa zero, a chamada para a mobilização e o direito à cidade e ao prazer como possibilidades de uma vida cidadã ativa, lúdica e humanizada. Mais uma vez o fazer manual presente na visualidade da xilogravura sugerida se coloca como expressão desse novo tempo que conjuga novo e antigo para constituir outro modo de se conviver com as pessoas, o tempo e a cidade.

CONCLUSÃO

No que se refere aos transportes, a catraca consubstancia e representa o predomínio das relações em que o lucro e a reprodução do capital prevalecem sobre a possibilidade de movimentação das pessoas. Quanto à cidade construída, pode ser vista como a materialização de um dos dispositivos de controle do território, limitando ou mesmo impedindo o direito das pessoas a serviços e lazer, relegando-as ao desumanizado mecanismo mercantilista que comprime e reduz a quase zero a cidadania de muitos²⁴. Em um nível transdisciplinar, a envolver processos psicossociais investigados pela psicologia, antropologia, sociologia e outras disciplinas, ela

²³ Segundo depoimento de Helena Zelic à autora em 20 de agosto de 2019.

²⁴ Milton Santos (2017) considera que para muitos há pouco ou quase nenhum direito ao uso e ocupação do território da cidade. Para ele, entretanto, mesmo aqueles que têm dinheiro para se movimentar e pagar pelos serviços que a cidade oferece possuem um uso circunscrito ao consumo do espaço urbano que não se pode chamar verdadeiramente de cidadania.

seria a interiorização social e individual de estruturas de mundo axiomáticamente postas, aparentemente imutáveis porque naturalizadas. Um imaginário²⁵ no qual tudo se mercantiliza e em que a criatividade e as novas oportunidades são tolhidas por realidades controladoras e repressoras reproduzidas cotidianamente em práticas, objetos e relações.

O giro da implacável catraca, portanto, se desdobra e se multiplica não em belas visões caleidoscópicas, mas em um vórtice formado por injustiça social, preconceitos de raça e gênero, exclusões sociais de grupos minoritários, lugares exclusivos de minorias privilegiadas, um discurso que corrobora uma realidade posta e uma sucessão de temas mais complexos do que a suposta objetividade matemática da cobrança de tarifa dos ônibus. Mais do que somente um dispositivo de limitação tópico e localizado, revela-se sua verdadeira face de controle social que se embrenha na própria compreensão da organização da sociedade, uma dimensão política que em 1990 colocava-se na figura da tarifa.

As peças e lemas criados pelos ativistas dos anos 2000 se apropriam do espírito profanador da proposta original e, combinando elementos gráficos, dizeres, práticas e cultura jovens, recuperam a Tarifa Zero como potência discursiva transformadora, de rompimento de valores limitantes e repressivos, revertendo o giro perverso da catraca para criar um verdadeiro caleidoscópio de novas possibilidades de vida e de constituição da cidade nas quais as amarras e limitações são vencidas. Não por acaso foram chamados de vândalos, baderneiros e inconsequentes pelo poder estabelecido, cristalizado na estrutura social vigente que jovens – de todas as idades – ainda sonham em alterar.

25 Imaginário, segundo a definição de Lucrécia D'Alessio Ferrara, "corresponde à [...] prática social pela qual os significados passam a acumular imagens e a significar mais." O imaginário social, por sua vez, seria composto por "representações que, entremeadas e articuladas, correspondem, sistemicamente e em linha ascendente, a desejos, expectativas, projetos, valores, crenças e hábitos." (1996, p. 45-8).

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio. O ser especial. In: *Profanações*. São Paulo: Boitempo; 2007. p.45-8.
- _____. O que é um dispositivo? In: *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos; 2009. p.24-51.
- Certeau, Michel De. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes; 2014. [1ª ed. orig. 1988].
- Chartier, Roger. A história cultural, entre práticas e representações. Lisboa: Difel; 2002. [1ª ed. 1988]
- CHEGOU a hora do basta. *O Estado de S. Paulo*, 13 de jun. 2013. Acesso em: 09 de ago. 2019. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-,1041814>
- DEBATES sobre o Projeto Tarifa Zero. São Paulo: Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores; 1990.
- Fachin, Patricia. *Do lulismo ao bolsonarismo*. Entrevista especial com Rosana Pinheiro-Machado. Instituto Humanas Unisinos, 16 ago. 2019. Acesso em: 16 ago. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/581843-do-lulismo-ao-bolsonarismo-entrevista-especial-com-rosana-pinheiro-machado>.
- Ferrara, Lucrécia D'Alessio. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR; 1996. p. 45-50.
- Gregori, Márcia Sandoval. Mobilidade, imaginário e representação na cidade de São Paulo (1968-2015): materialidades e ações no território do Butantã. Tese [Doutorado em Arquitetura e Urbanismo] - Universidade Presbiteriana Mackenzie; 2018.
- JANELA da alma. Diretor: João Jardim e Walter Carvalho. Produtor: Flavio Tambellini. [Documentário]. Rio de Janeiro: 2001. (72 min). Acesso em: 09 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4F87sHz6y4s>
- Lefebvre, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Documentos; 1968.
- Mora, Marcelo. Após protesto na Av. Paulista, policiais agredem jovens em bar. G1, 13 jun. 2013. Acesso em: 09 ago. 2019. Disponível em:

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-protesto-na-av-paulista-pms-agridem-jovens-em-bar.html>.

PLANO de mobilidade urbana de São Paulo. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2015.

PROCURANDO entender. Textos para discussão. São Paulo: Gabinete do Vereador Chico Whitaker; 1990.

Santos, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp; 2017. [1ª impressão, 1996].

Fonte das Imagens: tarifazero.org [blog]. Acesso em: 15 de ago. 2019.
Disponível em: <https://tarifazero.org>.